



Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas, iniciou-se se na Câmara Municipal de Maricá, de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Marcelo Costa Velho Mendes de Azevedo, Jorge Alberto Rispoli, Sandro dos Santos Ronchetti, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Antônio Carlos do Rego, Marcos de Souza Pires, Rose Mary de Melo Bruce, Rodrigo Cantini, Joyce do Valle Santos, Edson Gonçalves de Oliveira, Eliane Fontes de Araújo e Antônio Carlos Cunha. Suplente: Luciléa Pereira Rosário, Denise Marchon Tinoco, Moisés Antônio de Melo Abrão, Eduardo Rodrigues da Silva, Alexandre da Rocha Rodrigues e Renata do Nascimento Frazão. O Presidente abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior, 2-Citação dos Ofícios enviados e recebidos/respostas (enviados anteriormente grupo do WhatsApp) e Leitura dos ofícios de indicações, 3-Convite a Diretora da Organização Social Mahatma Gandhi, Sra. Larissa (Cunha), 4-Resposta da Secretaria sobre o término do Contrato com a Empresa LEFE de EMERGÊNCIA MÉDICAS LTDA-ME (Cunha), 5-Aprovação do regimento dos Conselhos Locais (Anna), 6-Apresentação dos protocolos clínicos de atendimento da Emergência (Adriana), 7- Informações sobre a situação dos prontuários eletrônicos (Anna), 8-Convocação do Administrador do Cemitério Municipal (Anna), 9- Convocação da Coordenadora de Vigilância Sanitária da Secretaria (Anna), 10-Indicação para ocupar a vacância no Fórum da Metro II e na Cadeira do CES (Mesa Diretora), 11-Leitura dos relatórios da Comissão de Atenção Básica, e convocação dos Gerentes das Unidades de Saúde da Família após as visitas às instalações das Unidade (Denise), 12-Informações detalhadas sobre a localização e o andamento das obras atualmente em execução na rede de Atenção Básica (Denise), 13-Ausência de transporte sanitário para as pessoas usuárias do CRAD (Moisés), 14-Dificuldades e negativas para utilização de recursos destinados a capacitação, formação e qualificação das pessoas conselheiras, como exemplo pagamento de diárias, hospedagem e transporte para tais fins (Moisés), 15-Sugestão de pauta para próxima reunião, 16-Informes Gerais. O Presidente lê as justificativas de faltas dos Conselheiros(as): João Batista e Adriana, por motivo de saúde, **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior de abril. O Presidente pergunta se todos receberam a ata relativa reuniões de abril. Coloca em votação, foram aprovadas por unanimidade. **Segundo ponto da pauta.** Citação dos Ofícios enviados e recebidos/respostas (enviados anteriormente grupo do WhatsApp) e Leitura dos ofícios de indicações: A Secretária Geral leu primeiro o e-mail enviado pela Conselheira Denise Marchon informando sua saída da representação do CMS-Maricá do Fórum da Metropolitana II e do Conselho Estadual de Saúde. O Presidente agradeceu a Conselheira Denise em nome do Conselho Municipal de Saúde de Maricá, estende o agradecimento a sua luta ao seu combate à todas as idas e vindas todos os transtornos que foram porventura você, tenha vivido e certamente viveu, né? A gente sabe o quão desafiador é a missão de um conselheiro principalmente a nível Estadual, deixar aqui esse registro de agradecimento em nome do Conselho por tudo que você fez por todo esse tempo que você lutou, a frente do Conselho Estadual representando a cidade de Maricá que pela primeira vez Maricá teve uma representação no Conselho Estadual e essa representação foi através de você, acha que isso deve ser lido nos Anas da história do nosso município não somente no Conselho mais do município a pessoa aguerrida que você é, mas também temos que ter sabedoria e respeitar de saber qual é o momento de parar e de recuar. A Secretária Geral continua lendo os ofícios: Da AMAC- Ass. de Moradores e Amigos de Cordeirinho Maricá, reconduzindo a Sra. Rose Mary de Melo Bruce, AMPACI- Ass. de Moradores do Parque da Cidade, indicando a Sra. Luciléa Pereira Rosário, AMASP- Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula, reconduzindo a Sra. Anna Maria de Carvalho Quintanilha, AMARI - Ass. Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu, indicando a Sra. Joyce do Valle Santos, Cruz Vermelha Brasileira, reconduzindo o Sr. Antônio Carlos Cunha, SINEDUC - Sindicato de Educação de Maricá, reconduzindo Moisés Antônio de Melo Abrão, Sindserv- Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Maricá, reconduzindo o Sr. Antônio Carlos do Rego e Souza, Ass. Pestalozzi de Maricá, indicando a Sra. Denise Marchon Tinoco, NOVA -União da Ass. de Moradores de Maricá, reconduzindo o Sr. Edson Gonçalves de Oliveira, ABL- Articulação Brasileira de Lésbicas, indicando a Sra. Eliane Fontes de Araújo, Movimento Negro Unificado, indicando o Sr. Eduardo Rodrigues da Silva, Laboratório PH, reconduzindo o Sr. João Batista Lins Guilhermino, Associação dos Profissionais de Saúde de Maricá, reconduzindo Jorge Alberto Rispoli, Renata do Nascimento Frazão e Adriana Domingues Picanço, Associação Médica Maricá, reconduzindo, Marcos de Souza Pires, Rocklane Duarte Lima, Rodrigo Cantini, Valéria Cristina de Araújo, Secretaria de Urbanismo de Maricá, indicando Alexandre da Rocha Rodrigues. Ofício nº 704/SMS/2025 da Secretaria de Saúde encaminhando respostas sobre as ressalvas colocadas pelo Conselho nas aprovações nos serviços implantados no Hospital Municipal Ernesto Che Guevara, E-mail do NESP reagendando a reunião do compilado das propostas do Plano Municipal de Saúde de Maricá. **Terceiro ponto da pauta.** Convite a Diretora da Organização Social Mahatma Gandhi, Sra. Larissa (Cunha). O Conselheiro Antônio Carlos Cunha diz que é pela terceira vez que essa empresa é convocada para apresentar alguns esclarecimentos e elas não comparece. É um desrespeito total ao Conselho, pede para ser criado uma moção de repúdio para essa empresa. O Conselheiro Sandro Ronchetti pergunta de houve alguma resposta da Mahatma Gandhi dizendo que não viria, então a solicitação do Conselheiro precisa ser colocada em votação, é o diz o Regimento, isso se for colocado nessa sessão ou que vai ser levado para o próximo ponto de pauta. O Presidente diz que o Conselheiro Cunha solicita a uma Moção de repúdio contra a Organização Social Mahatma Gandhi, pelo não comparecimento às convocações reiteradas que o Conselho vem fazendo, essa é terceira convocação e a Organização Social não comparece ao chamado do Conselho. O Conselheiro Cunha responde ao Conselheiro dizendo que espera que ela chegue, porque temos várias situações para



perguntar. Inclusive a manutenção da SAMU que está sucateado. O Presidente sugere que deixamos para o final da sessão caso não haja comparecimento dela ou algum representante colocamos votação a Moção de repúdio. **Quarto ponto da pauta.** Resposta da Secretaria sobre o término do Contrato com a Empresa LEFE de EMERGÊNCIA MÉDICAS LTDA-ME (Cunha). O Conselheiro Cunha diz que foi enviado para à Secretaria relatório da visita da Comissão de Urgência e Emergência, que foi feito no dia 30 onde a Comissão constatamos na unidade em Santa Rita, ainda ambulância da LEFE operando lá, se consta para nós que no dia 21 o término do contrato foi extinto. Não poderia estar ambulância da LEFE dentro do pátio ainda da unidade Santa Rita e também no Conde Leal, estamos aqui com as fotos, se alguém tiver alguma dúvida. Pede esclarecimento sobre o fato narrado. O Conselheiro Sandro responde que a Secretaria já extinguiu o contato com a LEFE, hoje se há alguma questão, são as OS que tem contrato com a LEFE, que não passa pela Secretaria, afirma que a Secretaria não tem mais contato antes nós tínhamos contrato realmente de 14 ambulâncias foram contratadas pela Secretaria, isso não existe mais. É isso que está informando no ofício e o que na verdade a discussão do Conselheiro Cunha que não passamos aqui o termo do distrato não fizemos mesmo, foi uma falha que talvez os dois que no ofício também não estava pedindo, não há mais vinculação e nem pagamento da LEFE pela Secretaria, mas as OSs por enquanto não sabe como eles estão fazendo, mesmo porque não podem também ficar sem ambulância, essa é a grande questão, não podemos deixar de ter nos hospitais, Santa Rita e na UPA ambulâncias e não cabe a Secretaria, não podemos determinar quem a OS vai contratar. O Conselheiro e Secretário Marcelo Velho diz que a partir de todos os apontamentos que o Conselho levou para à Secretaria levamos nessa tomada de decisão e cominou com todas essas consequências, até pode passar para o nosso jurídico o Dr. André que vai explicar um pouco mais sobre essa questão. A Secretária Geral diz que gostaria de fazer uma observação é que existe uma deliberação do Conselho de que não se contratasse mais a LEFE, seja pela Secretaria ou seja pela OS. O Conselheiro Sandro diz que a Secretaria pode até acatar essa deliberação, o que não podemos é tirar a ambulância hoje antes que eles fazem isso. Até podemos passar essa deliberação das ambulâncias para as OSs e fazer com eles cumpram. Mas não temos como deixar hoje um hospital como o Che Guevara, o Conde, a UPA de Inoã e o Santa Rita sem o transporte sanitário. A Secretária Geral diz que tem que estar em condições sanitárias para isso. O Conselheiro Sandro continua dizendo que isso é uma outra questão que foi o que levou a Secretaria entrar nessa briga e já fizemos a nossa parte, podemos agora entrar em contato com as OSs, já que essa questão está sendo colocada e passar essa deliberação para eles. A Secretária Geral pede a Secretária Executiva que envie a deliberação para a Secretaria. O Conselheiro Cunha diz que está faltando é administração porque se a Secretaria tem uma planilha dizendo que irá retirar em uma determinada data, deveria informa a OS que está entrando sobre para que ela tivesse um plano de substituição dessas 14 ambulâncias, que seria 08 ambulâncias no Conde, 02 na UPA. Que a Comissão de Urgência e Emergência não é contra a empresa LEFE, solicitamos o comparecimento da Empresa LEFE aqui vai explicar o porquê da manutenção dessas ambulâncias e cumpria o contrato. Fala do tempo de vida útil das ambulâncias e documentação dos Condutores. O Conselheiro Sandro diz que a Secretaria entende e com a nova OS que está contratada esse assunto já foi colocado. Fala com Conselheiro Cunha que o que ele e a Conselheira Anna Quintanilha, acharam nas unidades de pronto é ambulância da empresa LEFE ainda contratados, por conta de que a Unidade de Saúde não pode ficar sem ambulância, assim que essa deliberação chegar na Secretaria vamos falar com eles e as providências serão tomadas. O Conselheiro Cunha pedi a Mesa para oficializar à Secretaria solicitando a data certa que a OS vai ter as ambulâncias operando do município, aí vamos fiscalizar se eles também estão aptos a fazer esse trabalho. O Conselheiro Moisés parabeniza a Comissão de Urgência e Emergência que tem feito o trabalho de fiscalização que é de extrema importância, mas que devemos ficar atentos aos contratos para sabermos qual é o tipo de ambulância, qual o tipo de veículo e não deixar só a cargo da Secretaria e da nova OS esses contratos, mais uma vez parabeniza a comissão para que continue nessa pegada, para que consigamos de fato fazer com que se cumpra o que foi deliberado neste colegiado. **Quinto ponto da pauta:** Aprovação do Regimento dos Conselhos Locais (Anna). O Presidente pede aos Conselheiro que quiserem fazer alguma ponderação ou sugestão que interrompa no momento que tiver fazendo a leitura do artigo para que, se for necessário, fazer as devidas alterações. Segue fazendo a leitura dos capítulos, artigos e incisos do Regimento dos Conselhos Locais. A Conselheira Rose Mary fala sobre o inciso 8, do artigo 2º opina que ele deva ser excluído por conta da própria orientação da cartilha do Conselho Nacional de saúde no seu artigo 7º, porque essa parte de atualização da própria Unidade de Saúde ou CAPS, etc., ela fica sobre gestão da Secretaria Municipal de Saúde, então não cabe ao Conselho Municipal fazer ingerência em relação a isso, porque opina que a parte de capacitação de Conselheiros deva ser feita no caso pelo Conselho Municipal em relação ao próprio Conselho Municipal de Saúde, porque a parte de capacitação dos Trabalhadores de Saúde nas respectivas unidades isso cabe a gestão da Secretaria de Saúde, então não cabe ao Conselho Municipal opinar quais são as devidas entidades ou instituições que deverão fazer essa capacitação mesmo porque nesse próprio Regimento diz também que as atas das reuniões dos Conselhos Locais deverão ser remetidas cópias ao Conselho Municipal para que sejam arquivadas, na Secretaria Executiva deste Conselho Municipal, opina que não cabe essa ingerência do Conselho Municipal sobre a quem as Unidades de Saúde podem contratar para fazer sua capacitação em relação a isso porque isso cabe a Secretaria de Saúde, que com certeza já faz esse tipo de serviço em todas as suas unidades. Opina que esse inciso 8, essa parte sob o controle direto do Conselho Municipal deva ser excluída assim como posteriormente essa mesma menção existe no artigo 27 também, isso contraria a orientação que foi feita pelo Conselho Nacional de Saúde através de uma de uma proposta de Regimento e eles publicaram isso foi entre 2023 e 2024; é uma



cartilha que colocou no grupo do WhatsApp do Conselho e se for necessário que seja espelhado na tela é um artigo sétimo dessa cartilha que não faz nenhuma menção a ingerência do Conselho Municipal em relação à capacitação dos Trabalhadores de Saúde. A Secretária Geral discorda, diz que não se trata de ingerência. É preciso entender que o Conselho Local é subordinado ao Conselho Municipal de Saúde, ninguém está dizendo aqui que vamos opinar sobre a administração do Conselho local ou vai escolher quem vai participar, o Conselho não vai fazer isso, mas ele precisa ter ciência e não é diretamente com a Secretaria de Saúde. O Conselho Local foi criado justamente para ser um braço do Conselho Municipal de Saúde, ele vai informar ao Conselho Municipal de Saúde e o Conselho vai informar a Secretaria e tomar as decisões junto com a Secretaria, as ações dos Conselhos Locais de Saúde são sim subordinadas ao Conselho Municipal de Saúde. O Advogado da Secretaria Dr. André diz que quando redigimos esse artigo não estávamos pensando em capacitação não. Estávamos pensando no Conselho Local em ações pontuais locais, porque a associação de moradores, associações religiosas locais, associações que vivenciam a unidade em particular se o Conselho Local não puder ter acesso a essas associações para poder fazer contato com essas associações, óbvio, sobre uma gerência e um olhar do Conselho Municipal, eles não vão poder fazer nada, cita alguns exemplos. A Conselheira Denise fala que com todo respeito à fala da Secretária Geral, que participou da Comissão de Educação Continuada no Estado. O Conselho Local, não é subordinado, ele é um apoio ao Conselho de Saúde, é intermediário entre o Conselho de Saúde e a população, ele tem os mesmos critérios na sua formação quanto à paridade e todos os desígnios que deve se ter para uma organização como falou o Dr. André, está havendo um pequeno equívoco que o Conselho Local ele é gerido pelo Conselho Local extremamente independente de suas decisões e suas ações, ele não é subordinado. Ele é apoio ao Conselho de Saúde sendo que se trata de gestão é a gestão da Unidade, Subsecretaria de atenção básica que vai continuar gerindo da mesma forma que acontece aqui no Conselho. O Conselho Local, traz as informações, determinações e as necessidades para o Conselho que deva apoiar o mesmo. Essa é a verdadeira intenção dessa formação de Conselho Local. O Conselheiro Sandro diz que estão falando basicamente é uma coisa, Conselho Local não é um órgão independente isso tem que ficar claro no Regimento, ele é um órgão que está ligado ao Conselho de Municipal de Saúde. O Conselho local é um órgão de proximidade, paritariamente próximo da comunidade para ajudar e trazer as informações, ser um braço da comunidade naquela gestão. Por isso não é um órgão independente, não têm dependência, não tem sede e nem sala, ele precisa estar lá e se juntar, reunindo todas aquelas informações, fazendo as suas atas, trazer para o Conselho Municipal de Saúde que irá trazer para esse plenário que é autônomo, fazer todas aquelas considerações e passar isso como cobranças para os órgãos de direito, isso tem que ficar claro, porque senão podemos realmente confundir e gerar até um problema para o Conselho de Saúde. A Conselheira Rose Mary diz que não está falando de independência e sim sobre o inciso 8 do artigo 2º relê novamente o inciso e o artigo citado. Opina por não colocar sobre o controle direto, porque isso vai engessar o Conselho Local todas as vezes que eles precisarem no caso fazer contato com alguma entidade, é lógico que eles não vão fazer nada alheio às necessidades da população sua área de abrangência, mesmo porque nesses Conselhos Locais estarão trabalhadores da Saúde, que estão, como todos nós aqui, em prol da comunidade. Antecipa o artigo 27 explica que o Conselho Local poderá organizar mesas redondas, oficinas de trabalho, capacitações isso está explícito no artigo 27. Opina que seja excluída essa aprovação do Conselho Municipal prévia, porque isso para ela é uma ingerência em relação não está dizendo que eles vão ser autônomos mesmo, porque todas as atas serão encaminhadas, obrigatoriamente, ao Conselho Municipal e estarão sob supervisão da Secretaria Executiva do Conselho Municipal, pede que espelhasse a cartilha do Conselho Nacional ela é do Ministério da Saúde e não fala em nenhum controle prévio dessa parte do Conselho Municipal de Saúde, então não vê porque o Conselho Municipal de Maricá Inovar em relação a isso, quando o próprio Ministério da Saúde não faz menção a isso. O Conselheiro Edson diz que sobre essa questão que a Conselheira Rose Mary está falando, há dúvida entre a Conselheira Denise, ele vê o Conselho Local mais como uma participação popular, é mais uma questão de parceria com o Conselho Municipal, que já delibera e faz a votação já exercendo o controle social, essa é a diferença, praticamente eles têm uma subordinação e uma parceria, também é o melhor posicionamento da Saúde. O Presidente retorna a leitura do artigo primeiro da definição, a natureza e finalidade, a diz que os Conselhos Locais de Saúde, são instâncias colegiadas de caráter permanente e consultivo, tem caráter deliberativo, nas questões de cunho local, garantidores de participação dos usuários que é o que o Conselheiro Edson falou e realmente tem razão, a Participação Popular, dos trabalhadores da rede pública Municipal juntamente com a administração municipal na gestão e controle das ações e serviços nas unidades de saúde do município, só que aí tem aqui, em conformidade com as normas e determinações do Conselho Municipal de Saúde, então ele coaduna suas ações ao que é determinado, preconizado e definido aqui, tanto que a sua criação ela é oriunda de uma formatação saída daqui de dentro do nosso plenário. Então por natureza suprimir essa parte do que fala o inciso 7, sobre o controle direto do Conselho Municipal de Saúde, não teria muito efeito porque ele de toda forma tem o controle social maior que é o Conselho Municipal de Saúde. O Presidente coloca em votação a alteração do texto do artigo solicitado pela Conselheira Rose Mary, em votação nominal obteve 11 votos contra a alteração e 01 a favor da Conselheira Rose Mary. Permanece o texto como está, segue a leitura até a Conselheira Denise interrompe pedindo que pela extensão desse documento não vamos conseguir abranger a pauta e nós temos aqui profissionais ansiosos para que se possa chegar. Pedir se possível que todos que tenham lido e que possam ler que adie essa leitura para a próxima reunião ou que as pessoas possam ler e posteriormente aprovar, porque se forem lidas todas essas páginas vamos simplesmente esgotar o tempo, temos uma hora e meia de reunião. O Presidente agradece a Conselheira Denise



pela ponderação, e que quando estava lendo achava que essa pauta seria pertinente para uma reunião extraordinária. Realmente deixa essa sugestão de pausarmos e lermos em oportuno numa reunião ordinária que tenha menos pauta para ser tratado ou então no meio do mês de junho marcarmos uma reunião extraordinária e termina de ler o Regimento Interno agora, desde já colocando que tudo que vem olhando até aqui foi muito bem elaborado. A comissão e o Dr. André que auxiliou estão de parabéns pela construção e fica aqui o convite para que a gente aplique a mesma técnica no nosso Regimento, que precisamos realmente trabalhar isso, inclusive no nosso Regimento aqui do Conselho e agora então, vamos pausar por aqui. A Conselheira Anna Quintanilha diz que o problema é que o pessoal que está aqui também interessa a eles esse assunto dos Conselhos Locais e só vamos adiando e enquanto isso nós vamos tendo anúncios de Colegiados Gestor que não cabem mais. O Presidente deixa a promessa para que marque uma reunião extraordinária ainda no mês de junho. O Conselheiro Edson pede aos Gerentes dos Postos para que eles tentem entrar em contato com todos os Presidente e Vices Presidentes das Associações de Moradores para ter ampla divulgação dessas reuniões do Conselho porque muita gente acaba não tendo conhecimento e chega na hora aparece o mínimo de pessoas. O Presidente diz que na reunião extraordinária retornaremos a leitura a partir do artigo 16. O Conselheiro Sandro diz que é questão de pauta, se foi votado e se todos estão de acordo. O Presidente coloca em votação o adiamento da continuação da leitura e votação do Regimento interno dos Conselhos Locais, foi aprovado. **Sexto ponto da pauta:** Apresentação dos protocolos clínicos de atendimento da Emergência (Adriana). O Presidente diz que foi a Conselheira Adriana que solicitou esse ponto de pauta, só que ela não está presente. Ficou para próxima reunião. **Sétimo ponto da pauta:** Informações sobre a situação dos prontuários eletrônicos (Anna). A Secretária Geral diz que vem cobrando insistentemente sobre a questão dos prontuários eletrônicos, temos percebido que com essas mudanças que têm nas unidades básicas de saúde a as mudanças de médicos, não sabe o que acontece, se o prontuário não está sendo feito de acordo e os pacientes tem que estar repetindo sempre as mesmas coisas e vimos cobrando também que tenham estudos tecnológicos para integrar esses prontuários, seria muito bom que uma pessoa que desse entrada numa emergência o médico de plantão pudesse ter acesso a esse prontuário, justifica que quando os prontuários físicos passaram a ser eletrônicos não sabemos o que aconteceu, lembra que existe um prazo obrigatório para a transformação dos prontuários físicos em prontuários eletrônicos. A Conselheira Denise diz que salvo engano ano de 2016, foi feita essa aprovação aqui no conselho, inclusive a Doutora Simone começou um trabalho para que fosse feita essa integração e por motivos técnicos e outros a coisa não concluiu, mas existe uma deliberação de 2016 que esse prontuário seja integrado, hoje em 2025 ainda encontra essa dificuldade. O Conselheiro Marcelo Velho diz que com relação aos prontuários eletrônicos estamos buscando realmente essa integração, mas é um trabalho complicado, porque existem plataformas diferentes e às vezes a comunicação para diferentes situações é complicada, cita como exemplo a questão do VITACARE que temos na atenção primária, acha muito ruim, que como médico não gosta de usar o VITACARE e ainda tem a integração disso, cita vários exemplos pelo quais o programa não funcionou. O Conselheiro Moisés diz que já se discutiu sobre o prontuário e sobre a questão da utilização do E-SUS, gostaria de entender, talvez de forma mais técnica, por que é mais interessante pagar o software privado, utilizar um software do próprio Sistema Único de Saúde. Pergunta se precisa ter algum critério técnico ou é só uma questão de escolha? A Coordenadora da Vigilância em Saúde Daniella diz que sobre questão para solução dos prontuários eletrônicos, temos no Município o sistema PRIME na urgência e emergência, temos o VITACARE na atenção primária e temos o E-SUS este que é uma plataforma usada pelo Ministério da Saúde, todos eles produzem relatórios em várias tecnologias, mas existe uma dificuldade que se pegarmos todos esses relatórios colocar no mesmo painel, dentro disso a prefeitura contratou uma empresa que estamos fazendo com esses resumos pela tecnologia Balby way, vamos fazer com que estes relatórios sejam únicos e disponibilizado no aplicativo Google, vai ser um link que vocês vão acessar e vão poder ter todas as informações dentro desse próprio link. O usuário com seu cartão SUS vai digitar, se identificar e acessar todo o seu histórico médico. Estamos construindo, e talvez entreguemos no próximo mês de julho para a Vigilância Sanitária está sendo nosso grande desafio, e demais pastas dentro da secretaria. Sobre E-SUS vai falar rapidamente, mas depois pode trazer maior conceito se for o caso. O E-SUS é uma plataforma que o Ministério da Saúde utiliza, mas que não nos dá um resumo por nomes e precisamos de resumos nominais, citas alguns exemplos dentro da sua Vigilância. O Conselheiro Marcelo Velho justifica as diferenças dos sistemas e necessidade pela qual precisa de um sistema mais informativos. O Conselheiro Sandro complementa dizendo que o E-SUS não faz a parte de Urgência e Emergência. O Vice Presidente diz que não entende por que ainda usam o sistema VITACARE se ele é questionado pela própria Secretaria de Saúde. O Conselheiro Marcelo diz que está falando de atenção especializada não é o melhor sistema, na atenção primária a Dra. Regina, pode falar alguma coisa, cita exemplo de que no município do Rio o sistema é utilizado na atenção primária e na especializada, mas ele não concorda muito. O Vice Presidente pergunta se o sistema não abrange toda a extensão especializada? ele abrange, mas a atenção primária não, porque as vacinas que são aplicadas que vão para o sistema VITACARE, não cai no E-SUS. A Subsecretária de Atenção Primária Dra. Regina diz que estão fazendo um trabalho junto ao VITACARE e descobriu quando entrou na gestão que a versão do VITACARE que é usada aqui em Maricá era uma versão muito anterior às versões que já foram aplicadas, por exemplo no Rio de Janeiro é uma coisa muito atualizada, pedimos nessa nova contratualização para isso ser atualizado, já atualizamos e estamos colocando a plataforma de vacina dentro do VITACARE, porque é justamente isso que a Dani falou vamos conseguir ter relatórios mais atualizados até de vacina, do nosso grupo prioritário. Justifica o receio da não mudança do sistema com o transtorno da perda de prontuário e dos cadastros, os



profissionais estão aprontando essa nova versão atualizada do VITACARE. O Conselheiro Marcelo diz que sobre os problemas dos prontuários eletrônicos cabe também a todos nós estarmos sempre buscando atualização, não adianta simplesmente colocar qualquer um sistema se não ficar atualizando e não cobrando também vão ficar desatualizados. O Conselheiro Moisés diz que parece que já existem vários critérios técnicos que a Secretaria entende que o E-SUS não seja apropriado para isso. Pede que fosse feito um ofício à secretaria solicitando que isso viesse para o Conselho por escrito com todos os argumentos técnicos, porque que utiliza outras plataformas até porque possamos comunicar ao Ministério da Saúde ou seja lá, qual for o órgão, explicando que isso aqui não nos atende talvez precisamos atualizar, talvez temos que passar isso ao Ministério, Não entende porque que o Governo Federal e o Ministério da Saúde criou um aplicativo um programa que não vamos conseguir utilizar. **Oitavo ponto da pauta:** Convocação do Administrador do Cemitério Municipal (Anna). O Sr. Maurício Avilez Vargas Coordenador do Cemitério solicita a inversão de pauta, para que o Coordenador da Vigilância Sanitária se apresentasse primeiro o que ele tem para falar, depois, se for necessário, complementar. O Conselheiro Moisés pergunta por uma questão de organização como está vendo que foi a Conselheira Anna Quintanilha que solicitou os itens 8 e 9 eles estão juntos, ambos vão falar sobre o Cemitério? **Nono ponto da pauta:** Convocação da Coordenadora de Vigilância Sanitária da Secretaria (Anna). O Sr. Willian Lima Coordenador da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde de Maricá, diz que fez uma breve apresentação tomando como documento Inicial o relatório de visita sanitária que a equipe da Vigilância Sanitária fez na oportunidade do Ofício número 89 que foi enviado pelo Conselho Municipal de Saúde, antes de qualquer coisa a visita sanitária ocorreu logo após ao envio desse ofício obviamente, fizemos uma avaliação absolutamente técnica daquilo que compete a Vigilância Sanitária, no quesito do que significa boas práticas sanitárias para o cemitério. Abre a apresentação da mesma forma que colocamos no relatório, inclusive trouxe uma cópia impressa, caso seja necessário anexar aos autos dessa reunião. Segue explicando todos os pontos de visita e técnicas utilizadas, Observações da Inspeção: Água: O fornecimento de água tratada é garantido pela companhia de água da cidade. A água do poço é usada apenas para regar plantas em períodos de estiagem. Edificação Principal: Possui recepção, salas administrativas, refeitório, espaço de descanso, depósito de material e limpeza (DML) com EPIs, e banheiros. Todos os espaços estão conservados, com boa iluminação e limpeza. Necessidades Identificadas: Identificação nas portas dos setores, Tampas de ralos escamoteáveis, Fixação de dispensadores de sabão líquido e papel toalha. Explica que no momento da visita sanitária fazemos o termo de intimação, solicita essas informações, modificações ou adaptações que sejam necessárias para o ambiente, demos um prazo para retorno e verificação do avanço desse termo de intimação. Animais: Gatos e cachorros adentram frequentemente, pois o portão principal permanece aberto. Isso é um dos pontos que conversamos na possibilidade de fazer alguma mudança nesse portão para evitar a entrada de animais dentro do ambiente do cemitério. Tem algumas questões que foram levantadas também que já são algumas questões antigas, que retornamos após um outro ofício enviado em 2024 e naquela situação ele não era Coordenador na época, mas enfim com o relatório que tivemos, tem a questão dos ossos Aparentes: Ossos foram encontrados na parte lateral do cemitério devido a desmoronamento causado por chuvas. A administração aguarda a manifestação dos familiares para remoção, conforme a Lei Municipal nº 2778/2017, a administração fica obrigada por lei (violação de propriedade privada) a aguardar a manifestação dos familiares (responsáveis) para remoção dos restos mortais para lugar próprio disponibilizado, exceto em caso de risco iminente, como não há risco de urgência sanitária seguiram com o procedimento legal de notificação. Membros Amputados: Espaço adequado e vedado para guarda, com utilização de envoltório específico para que não haja contaminação do solo, esse processo é bem estabelecido, na visita sanitária vimos obviamente algumas coisas não podemos colocar numa apresentação que são imagem que competem apenas a fiscalização, mas todos esses restos mortais, eles têm esse envoltório bem estabelecido. Controle de Vetores: Ralos de esgoto apresentam baratas, com relação ao controle de vetores é um problema do cemitério Municipal e de fato o volume de baratas que apresentam é grande, conforme foi informado isso no termo de visita sanitária está bem descrito no termo de intimação também, é feita dedetização, porém a sugestão e a solicitação da Vigilância Sanitária que aumente a frequência da dedetização por conta obviamente dos ciclos desses insetos para poder reduzir a quantidade de incidências deles. A equipe determinou que o serviço deve ser realizado por empresa registrada no INEA/RJ, isso é um ponto que vamos observar ao longo do período de acompanhamento. Documentação: A administração informou que todos os documentos estão sob a guarda do Secretaria de Assistência Social e Cidadania, incluindo comprovantes de desinsetização, PGRSS e licenciamentos ambientais. O cemitério não possui CNPJ, essa uma necessidade que compete a administração do cemitério solicitar essas informações, solicitar o avanço da documentação junto aos órgãos competentes da prefeitura, a Vigilância Sanitária restringe-se ao fato de fazer uma análise daquela situação naquele momento, é uma fotografia daquilo que enxergamos no cemitério naquele momento. Licenciamento Ambiental: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maricá possui “processo em andamento” junto ao INEA/RJ. Apresenta algumas fotos dos setores. Um outro ponto relevante que na visita o Gerente da Vigilância Ambiental Ronald estava presente, fizemos a observação de que não há focos de mosquito e nem de larvas, ou seja, lá qualquer tipo de inseto ou sujeira dentro desses recipientes com água que são utilizadas constantemente e frequentemente limpas pela equipe. Com relação a covas em condições sanitárias adequadas, mostra a imagem de uma cova que acabou de ser aberta para poder fazer sepultamento de uma pessoa e ela está condições sanitária adequadas, não havia cheiro aparente no cemitério, obviamente estamos falando de um ambiente em que em determinado momentos do ano, principalmente com um calor intenso, estamos falando de 100 à 200 corpos em



decomposição ao mesmo tempo, o que obviamente não vai ter um cheiro e odor agradável, mas no momento da visita sanitária tanto por ele, quanto pela a equipe de fiscais não foi visto e nem observado nenhum tipo de condições sanitárias inadequadas para o bom funcionamento do cemitério. A Capela de São Lázaro foi uma observação que fizemos, porque é importante com relação a segurança das pessoas que frequentam o ambiente do cemitério. A Conselheira Denise diz que no dia 8 de maio tirou foto de túmulos que acredita que seja os túmulos cheios de água. Estamos numa situação da dengue muito complicada e isso é uma coisa que temos que ter muito cuidado. O Gerente da Vigilância Ambiental Ronald diz que essas são as piscinas, que eles utilizam para fazer a massa. O cemitério inclusive, ele é um ponto estratégico da dengue, a cada 15 dias a equipe vai lá verificar e faz todos o trabalho, no dia que fomos não havia larva em todas as piscinas. A Conselheira Anna Quintanilha diz que gostaria de mais alguns esclarecimento primeiro: É que alguns dias nós passávamos pelo cemitério e o cheiro estava insuportável, ela mesma verificou; segundo, o que é feito com os restos de exumação e de caixão, como é dado fim nisso? e sobre o necrochorume. O Willian diz que essa parte é melhor o Maurício responder. O Conselheiro Moisés diz que na conclusão fez algumas considerações com sua equipe, necessita providenciar o cumprimento às adequações estruturais e providenciar documentação. Pergunta é qual é o prazo para essa adequação que a Vigilância estabeleceu e o que acontece caso não tenha um cumprimento disso? porque percebe que o cemitério é um ponto estratégico para a vigilância em Saúde, mas ele não está no guarda-chuva da saúde, está no guarda-chuva de uma outra secretaria parece que na Secretaria de Assistência Social, acha que o administrador do cemitério precisa cobrar documento e coisa que inclusive você viu que não tem e que não possuem. Então acha que precisa de alguma forma também implicar a Secretaria que está responsável por isso. Pergunta ao Maurício se ele já solicitou esses documentos para a Secretaria? quando esses documentos vão chegar? Qual é o prazo de resposta para adequação que a Vigilância já está de alguma forma sinalizando que precisa ser realizado, porque se não tem prazo, vamos ficar aqui falando, a Vigilância vai voltar, precisamos ter algumas definições nesse sentido. O Willian responde que com relação aos prazos p termo de intimação, por via de regra ele vai ter 30 dias para ser cumprido e prorrogáveis por mais 90 dias, com isso temos um período total de 120 dias, cita todos os protocolos e prazos a serem cumpridos. O Presidente retorna ao Oitavo ponto da pauta: Convocação do Administrador do Cemitério Municipal (Anna). O Sr. Maurício Avilez Vargas Coordenador do Cemitério. O Professor Maurício se apresenta diz que é morador de Maricá, está como Coordenador do cemitério a mais ou menos três anos desde a saída do senhor Walmir Marinho, que coordenava o cemitério há mais de 20 anos e que veio a falecer no ano passado. Na medida do possível têm tentado seguir os caminhos que ele organizou e deixou, deixa bem claro que o cemitério público de Maricá, antes de ser um equipamento que serve a sociedade, ele é uma estrutura histórica e o espaço físico que ele ocupa hoje, a décadas atrás era um espaço vazio e que hoje no seu entorno houve uma ocupação em vista até do desenvolvimento urbano do município de Maricá e principalmente da região central é óbvio que essas situações elas vão se agravando claro, a morte ela não tem um cheiro muito bom, infelizmente, a morte ela proporciona para gente muitas vezes a obscuridade da condição do medo, costuma dizer para as pessoas que trabalham com ele que, nós somos invisíveis e a morte muitas vezes, ela só é procurado realmente quando é necessário, o cemitério público de Municipal de Maricá e toda a equipe de lá trabalha todos os dias, alguns de vocês, que não cabe citar nomes, que nos visita, nossa preocupação é a limpeza e zelar não só porque ele está ali, que merece respeito e dignidade e a morte faz parte do que a gente vive e para quem deixa seu ente querido ali, merece todo respeito e todo carinho, é óbvio que passamos por limitações, nem sempre tudo é aquilo que nós precisamos e nem sempre tudo é aquilo que desejo, mas diariamente lutamos para que todas as pessoas que vão naquele equipamento, sejam recebido com carinho, amor e respeito. A questão do mau cheiro, nós temos hoje no município de Maricá em média de 120 a 150 inumações (sepultamentos) são 150 corpos em decomposição ao mesmo tempo. Ele setorista isso porque é professor de geografia e preocupa muito uma estrutura de organização para exatamente coibir esse tipo de situação do mau cheiro, centraliza todas as inumações num ambiente só, para que aquela decomposição e aquele cheiro fiquem canalizado num lugar só, é impossível não tem jeito, mas o cheiro é mínimo. Os companheiros da Vigilância Sanitária estiveram lá, eventualmente temos cheiro, temos um sistema de filtro com carvão ativado, mas são entre 200 à 500 corpos em decomposição ao mesmo tempo, para quem não conhece, explica o processo de decomposição dos corpos. Que usam cal e o invol, fazemos de tudo para que esse odor seja minimizado, que estaria faltando com o respeito aos senhores e as senhoras se falasse que isso não acontece. O Conselheiro Edson pergunta se já foi feito algum tipo de proposta para um crematório dentro do próprio cemitério e assim desafogar essa questão de premência desses ossos, pois as pessoas tem direito a essa escolha entre enterrar e cremar? O Sr. Maurício diz que acredita que o espaço físico do cemitério de Maricá não comportaria um crematório até pela localidade por tudo que envolve um crematório, ele é resultado de um incinerador em alta temperatura ligado o tempo todo. A Conselheira Anna Quintanilha diz que gostaria de mais objetividade, o cheiro, o fato de ser num cemitério que tenha entre 100 ou mais corpos. Pergunta se o sr. Maurício conhece o Cemitério do Caju que o maior cemitério da América Latina lá não tem cheiro, então deve haver algum tipo de tratamento, alguma coisa que possa ser feita para que não. O sr. Maurício interrompe e pergunta se ela está falando do cemitério vertical do Caju. A Conselheira Anna Quintanilha continua dizendo que está falando do cemitério horizontal da Ordem do Carmo. Maurício interrompe, diz que o cemitério no chão não expele odor, mas o vertical expele. A Conselheira Anna Quintanilha pergunta se não seria a vedação que não está feita certo? O Sr. Maurício convida a Secretária Geral para fazer uma visita e ele pode explicar melhor porque todas as gavetas, são interligadas exatamente para que haja a evaporação desse odor e o filtro é o carvão ativado. No chão



319 cobrimos e não tem esse problema. Esclarece da seguinte maneira e bem direto, que o cemitério público municipal, o anexo vertical,
320 não foi terminado, ele teve que ser inaugurado às pressas por conta da pandemia e com isso alguns detalhes de finalização desse
321 projeto e desse trabalho ficaram para depois e esse depois não aconteceu, porque em 2020 quando a pandemia aconteceu o cemitério
322 teve que ser inaugurado, inclusive Maricá foi uma das poucas cidades no entorno que não entrou em colapso e esse não entrar em
323 colapso se deu graças a construção do cemitério público municipal do anexo vertical, não gosto de enaltecer ações políticas ou outras
324 coisas desnecessárias, se o atual prefeito que naquela gestão, não tivesse planejado, projetado e construído aquele anexo, tínhamos
325 entrado em colapso e Maricá teria passado vergonha. A Secretária Geral diz que agora precisamos concluir o que foi começado.
326 Pergunta o que é feito com os ossos que as famílias não procuram? O Sr. Maurício responde que é depositado no ossário público
327 municipal, o servidor da Vigilância nos acompanhou na visita, viu o estado que estão guardados, lacrados, etiquetados e eles são
328 removidos duas vezes por ano para incineração coletiva. A Conselheira Anna Quintanilha pergunta onde é feita essa incineração?
329 O Sr. Maurício diz que é uma firma contratada pela Secretaria de Assistência Social que recolhe as toneladas de ossadas leva e é
330 incinerado nessa empresa. A Conselheira Anna Quintanilha pergunta e o Necrochorume como é tratado? O sr. Maurício reponde
331 que o Necrochorume é o resultado da decomposição do organismo, tem uma medida que resolve o problema em si, mas é uma medida
332 paliativa que é o uso do envol é um material absorvente que é envolvido no corpo da pessoa e que esse Necrochorume não é depositado
333 diretamente no lençol freático. A Secretária Geral pergunta se todos os corpos que são sepultados no cemitério vão dentro desse
334 envol? O sr. Maurício diz que é uma exigência, inclusive está na lei dos cemitérios de 2017, está disponível na internet. A Conselheira
335 Rose Mary pergunta se ele falou que todos os corpos são envolvidos no envol, são as funerárias que fazem isso? O Sr. Maurício
336 responde que sim, por ser uma exigência do cemitério, porque as gavetas não possuem um equipamento de dreno, explica todo o
337 processo e que tem um funcionário para fazer essa verificação a cada sepultamento. O Presidente agradece ao sr. Maurício pela
338 presença. **Décimo ponto da pauta:** Indicação para ocupar a vacância no Fórum da Metro II e na Cadeira do CES (Mesa Diretora).
339 O Presidente diz que com a saída da Conselheira Denise deixamos vaga essa representação do Conselho de saúde de Maricá no
340 Fórum da Metropolitana II e consequentemente para terminar o mandato no Conselho Estadual de Saúde que vai até o mês de julho.
341 Pergunta se existe algum Conselheiro que se dispõe a essa indicação. A Conselheira Denise diz que não é só o Conselho Estadual,
342 mas é muito bom esclarecer que esse é um participante da Metropolitana II que independente do Estado vai ser Conselheiro
343 representante de Maricá, do segmento usuário, na Metropolitana II, e que Deus o proteja. O Conselheiro Antônio Carlos Cunha
344 coloca-se à disposição até julho, O Presidente diz que é até julho no Conselho Estadual, mas continua na permanência no Fórum da
345 Metropolitana II, pergunta se mais algum Conselheiro se propõe a essa árdua missão ou se algum Conselheiro se opõe a indicação
346 do Conselheiro Cunha? Dessa forma temos a indicação por unanimidade, seja bem-vindo, ele também faz parte da Metropolitana II
347 e que você tenha boa sorte. O Conselheiro Antônio Carlos Cunha diz que espera representar o município dignamente. **Décimo**
348 **Primeiro ponto da pauta:** Leitura dos relatórios da Comissão de Atenção Básica, e convocação dos Gerentes das Unidades de
349 Saúde da Família após as visitas às instalações das Unidade (Denise). A Conselheira Denise diz que em primeiro lugar não é uma
350 leitura de relatório, os relatórios só ficaram prontos posteriormente pela comissão, serão enviados para a Secretaria de Saúde. A
351 intenção ao qual colocou a comissão é aproveitar esse espaço aqui para que haja e está muito feliz com a presença do Secretário Dr.
352 Marcelo e Doutora Regina pelo seguinte. Nós precisamos nesse momento estarmos todos de mão dada, controle social,
353 principalmente atenção básica. Dr. Marcelo à atenção primária hoje em Maricá está vivendo uma situação difícilíssima que está
354 tornando o Conde Modesto lotado e insustentável. A UPA está insustentável, porque todos esses companheiros foram alguns aqui
355 que deveríamos realmente exterminar, mas esses companheiros que trabalham na atenção primária, eles estão passando por pressões
356 que não deveriam estar passando, vai ler sim um relato que fez, fala que de antemão as situação dos postos em termos de espaço,
357 comodidade, condição de trabalho para esses profissionais é de extrema precariedade, que fala sempre neste Conselho que
358 profissional que não é abraçado, não é cuidado, não trabalha nas melhores condições, não alcançamos o benefício do usuário que
359 é o nosso papel, defende o usuário. Estivemos em três unidades ou quatro vai citar todas uma a uma onde a precariedade é extrema,
360 o posto do Recanto de Itaipuaçu, é absurdo, cita a quantidade de cadastrados e os espaços físicos da unidade. Fala da Unidade de
361 Saúde da 53 (Jardim Atlântico) que existe um espaço extraordinário fora desse posto e tantas obras são feitas nessa cidade, qual é o
362 problema dessa ampliação? Chegamos ao posto da 83(Santa Rita) que tem uma excelente funcionária que era supervisora do hospital
363 tem expertise que é Daniele e que recebe muitos elogios da Unidade. O que está passando de prioridade é o Posto do Recanto,
364 chegando na Unidade do Barroco a sala da administração do posto, tem um banheiro que aconteceu uma calamidade que foi ignorada
365 pela Secretaria de Saúde cita o ocorrido. Diz que há uma incompatibilidade muito grande da CEMPES com os profissionais, nós
366 temos escutado que profissionais têm ouvido coisas difíceis como “profissional que trabalha anos, super capacitado, super estudado,
367 com 500 diplomas e experiência, escutam a frase como; qualquer ensino médio faz o trabalho que você está fazendo” não vai citar
368 nome e nem entregar aqui, que a maior força que se tem nesse Conselho é que nós preservamos aqueles que desabafam conosco,
369 porque confiam em nós. Acontece que protocolos já instituídos, situações das quais os gerentes já trabalham, a equipe já trabalha
370 com acordo e tranquilidade estão sendo transformados por uma situação adversa. Afirma que há falha da CEMPES sim, há uma falha
371 de comunicação entre a CEMPES e a maioria dos profissionais, tivemos anteriormente o problema gravíssimo, que está fazendo e



propondo um movimento Nacional contra pejetização porque ela fragiliza a saúde, quando se implanta a pejetização aquele profissional que está nesse termo ele não se dedica mais, sente-se inseguro e quando o profissional está inseguro, nós usuários estamos numa fria. Chama à atenção da gestão hoje, é que haja uma conversa franca e sincera com todos os gerentes de postos, todas as pessoas que estão aqui tem o direito de ter voz, elas precisam ser ouvidas, elas estão sendo espremidas, todos os postos que visitamos têm insegurança, desanimo e total desistimos para se trabalhar, aquele profissional que é bom, está mantendo o seu papel, mas aquele que já não está com tanta vontade assim, diante dessa pressão, instabilidade e dessa situação horrorosa, está virando um caos e com esse caos na atenção básica transformar o hospital que hoje faz elogios, que o Conde Modesto em estrutura e todos esses anos aquele Hospital sempre foi uma casa velha precarizada, mas a condução do serviço está péssima, os profissionais que estão dentro do Conde hoje, estão causando o transtorno de problemas desnecessário, no Conde cita a sala de medicamento não existe, faz alguma coisa, ela é superlotada o tempo todo, diz que quando o paciente é internado, não tem vaga na enfermaria, que o NIR e a gerência da emergência não se comunica. Voltando a atenção primária, fala para o Conselheiro Marcelo Velho que ele como infectologista sabe muito melhor do que ela que a prevenção é tudo, se formos a todos os hospitais da Metropolitana 2, nós estamos top. Pede que preste mais atenção na atenção primária em princípio na disposição dessas unidades que estão péssimas. Itaipuaçu hoje está numa situação catastrófica é inacreditável a situação da atenção primária de Itaipuaçu os outros lugares, foi na Unidade de Saúde de Santa Paula com a Conselheira Ana Maria levou um choque, tem uma rampa para se chegar até a unidade de saúde que uma pessoa hipertensa no sol vai chegar na unidade morta, o deficiente para subir aquilo ali vai passar um horror, a rampa precisa ser revista. Agora em primeiro lugar é cuidarmos nós todos juntos aproveitar esse momento tão especial e cuidarmos de nossos profissionais, porque se esses profissionais continuaram instáveis, contrariados, humilhados e desrespeitados da forma que estão, vamos ter um caos maior Doutor Marcelo. Pediu a presença da Subsecretária Regina para nos passar como estão as obras das Unidade de Saúde de Itaipuaçu. Chama a atenção do posto do Recanto atende a comunidade do Mato Dentro e é uma coisa completamente discrepante, os moradores do Recanto de Itaipuaçu não somariam 1500 para ocupar aquela unidade que seria até razoável, agora todo o volume exagerado vem de uma região onde deveria, explica a divisão dos cadastrados da Unidade de Saúde do Recanto de Itaipuaçu. O Conselheiro Marcelo Velho diz que isso que a Conselheira Denise está falando, já foi detectado quando ele assumiu a gestão e na verdade isso dá atenção primária de saúde, não é de agora, mostra anos em que não houve um acompanhamento de investimento e crescimento e comparando com o crescimento da cidade e da população quando viu o estudo que a Subsecretária Dra. Regina apresentou em slide, na nossa reunião de gestão essa semana mostrando as equipes sobrecarregadas, onde deveria ter 3.000, 4.000 usuários, tem números muito maiores, na verdade não se acompanhou o crescimento do município também na atenção primária. Esse é o grande desafio que tem falado da gestão que é a questão da atenção primária, estamos no quinto mês de gestão conseguiu entregar duas unidades novas, São Bento da Lagoa e a unidade indígena, então estamos trabalhando para construir as unidades e sair do aluguel, foi visitar uma unidade da Mumbuca demos uma nova repaginada, fizemos algumas obras, olhando a placa ela é da época do Prefeito Ricardo Queiroz e o Secretário era o Conselheiro Sandro Ronchetti, então isso é uma realidade que vamos ter que enfrentar não tem jeito e não é uma coisa fácil, deixa bem claro, não será rápido, precisamos fazer um estudo, o dimensionamento. Em relação a atenção especializada evoluímos muito em resolutividade, atenção especializada ao longo dos anos evoluímos muitos e vamos evoluir mais. Diz que estamos apresentando, para dezembro e já começamos a obra no Che Guevara da hemodinâmica e da hemodiálise, estamos trabalhando também outras diferentes, entregamos outros serviços de ponta como: a bariátrica, Proctologia, oftalmologia o primeiro serviço público e operando pacientes aqui, serviço de fluxo contínuo não é mais a fazer um mutirão ou em um caminhão, hoje temos o serviço de oftalmologia que pretendemos evoluir, os oftalmologistas estão fazendo a parte clínica, mas vamos fazer também outros procedimento futuros e ser referência da região, Construindo dentro do Parque do Che, fazer um hospital dos olhos também. A questão da Oncologia começamos avançar nos estudos preliminares e o dimensionamento esbarra também na questão dos dados hoje, porque fomos levantar os dados e os que temos não são fidedignos, e a Vigilância estamos trabalhando com isso também, os dados do Estado também não são os mais corretos, vamos ter que buscar o melhor para fazer o dimensionamento da questão da oncologia e da questão da Ozonoterapia que está trabalhando também em parceria com o pessoal do Instituto Severino Sombra da Faculdade de Vassoura, fomos na Espanha conhecer esse projeto, é interessante que acaba atraindo outras linhas de contato de tratamento da Oncologia também. Fala da conversa que teve com o Dr. Edmar e que ele achou muito interessante o projeto também e a conversa com outros colegas médicos da área observamos a mesma coisa. Diz que avançar na parte de alta complexidade, temos avançado e vamos continuar avançando, mas a atenção primária vamos ter que trabalhar muito, precisamos realmente saber hoje, qual é o tamanho e o diagnóstico da atenção primária que precisamos e qual é a estimativa de crescimento de quanto o município vai crescer nos próximos anos para termos um plano de contenção e de expansão da atenção primária em caso de crescimento, continuo avançando. A Conselheira Denise diz que está muito incomodada, que o Prefeito está divulgando na mídia sobre a Oncologia, que gostaria muito disso para o nosso município, mas em primeiro lugar precisamos de atendimento, cita os lugares e com quem já falou sobre o hospital, voltando para Maricá, estamos sem oncologista da primeira consulta, cita caso de um paciente de Inoã. O Conselheiro Marcelo Velho diz que ainda não temos no município Oncologista, cita todos os protocolo e diagnóstico do serviço de oncologia. O Conselheiro Edson diz que a parte pior que temos hoje é o diagnóstico às vezes a pessoa que está com câncer,



quando descobre já está em estágio terminal ou bem avançado por causa do mal funcionamento da atenção primária, com essa demora para conseguir a especialidade, fazer os exames e o retorno novamente na consulta. O Conselheiro Marcelo Velho diz que são duas coisas diferentes, que têm que ser trabalhadas em conjunto, uma questão é do especialista usa como exemplo paciente tem uma neoplasia de cabeça e pescoço e explica qual procedimento fazer para o tratamento, porém existe a questão da atenção primária, que a questão da primeira avaliação clínica e do rastreamento é uma coisa o tratamento e outra coisa é o rastreamento que pode ser feito na atenção primária, esse é o trabalho que estamos fazendo na atenção primária, sem, lógico, deixar de trabalhar também a atenção especializada onde temos vários profissionais hoje em Maricá que não tínhamos antigamente. Diz que hoje temos o Dr. Paulo Araújo que é cirurgião de cabeça e pescoço que atende no Che. O Conselheiro Sandro diz que hoje temos um programa do Ministério da Saúde que está começando agora, estamos em fase de estruturação que é o PMAE é o programa de mais acesso a especializada são cinco pontos: Oncologia, oftalmologia, Ortopedia, cardiologia e urologista, esses pontos vão ter um trabalho de rastreio e diagnóstico muito mais rápido. Nós temos duas competências para diagnosticar o que o paciente, cita como exemplo a questão câncer de mama e quais os passos a seguir num prazo máximo de 60 dias, lógico, que é uma coisa que não vai ser fácil de fazer não, já temos uma estrutura com bastante especialistas colocados na nossa rede. A nossa rede de acesso está bem legal, temos os nossos prestadores que vão nos ajudar bastante nisso, estamos nos organizando porque esse programa vai começar e não só em Maricá, mas em toda região metropolitana, todo o Estado do Rio de Janeiro e todo o Brasil. O Presidente lembra que temos só mais 30 minutos de reunião e ainda temos mais cinco pontos de pauta. **Décimo Segundo ponto da pauta:** Informações detalhadas sobre a localização e o andamento das obras atualmente em execução na rede de Atenção Básica (Denise). A Conselheira Denise pede para que a Subsecretária Dra. Regina nos fale, o que foi apresentado aqui no início da sua gestão, do seu projeto, como está Itaipuaçu especificamente, que a comunidade Mato Dentro tem cobrado muita atenção àquela área que é tratada no Recanto com péssimas condições. A Subsecretária Dra. Regina agradece a Comissão de Atenção Básica do CMS-Maricá, por fazer um trabalho tão importante, de nos ajudar a fiscalizar e ver quais os pontos mais sensíveis para podermos trabalhar em cima, acha que é uma parceria muito importante. Como foi colocado aqui, temos uma rede com uma estrutura muito frágil no sentido da infraestrutura, fala dos postos de saúde que estão nos mesmos locais há 20 anos, como o próprio Conselheiro Sandro falou, o Recanto, Mumbuca que inclusive foi ele quem trouxe e que são os mesmos há 20 anos com uma população duplicada e que a partir da pandemia cresce exponencialmente, hoje temos pelo IBGE uma projeção em 2024 de 211 mil, pelos cadastros que temos pelo VITACARE temos 240 mil, olhando para esse número hoje precisaríamos de 81 equipes, mas temos 59 equipes agora porque abrimos 02 equipes com a inauguração da Unidade São Bento da Lagoa. Diz que estamos muito defasados como o Secretário falou, na questão da atenção primária precisamos avançar muito, que pode trazer depois se for interessante, o nosso plano de reestruturação da atenção primária e o plano de reorganização do acesso a atenção primária, são dois planos que andam em conjunto, onde o nosso primeiro bloco de reestruturação são construções novas. Em Itaipuaçu temos pelo menos três construções nesse primeiro lote, que são a Unidade do Recanto, Santa Rita e o Jardim Atlântico. Nesse momento, ontem inauguramos a Unidade de São Bento da Lagoa dando uma estrutura melhor para aquela população do Barroco que também pega a parte do território do Recanto, cita a quantidade de cadastrados e as divisões por territórios. Diz que já conseguiu um terreno público no Recanto que é uma das nossas prioridades de construção, até lá vamos fazendo as adequações possíveis. O Conselheiro Marcelo Velho interrompe, dizendo que a determinação do Prefeito é saímos do aluguel, construir unidades próprias para nós com qualidades semelhantes aos modelos que fizemos em São Bento da Lagoa da escultura inadequada, obedecendo as boas práticas e as recomendações do Ministério da Saúde. A Conselheira Denise interrompe fazendo um apelo a Doutora Regina, para conseguir fazer uma unidade dentro do Mato Dentro, Recanto III, isso é necessário demais, justifica sua solicitação. A Secretária Geral faz uma observação dizendo que aquele posto do recanto não tem condições de continuar funcionando, que a sala do criativo de lá tem que ser interditada. O Conselheiro Marcel diz que entende e que recebeu um posto que não tem estrutura de posto, muitas casas alugadas, puxadinhos, ao longo dos anos, estamos trabalhando para isso e queremos construir. A Subsecretária Dra. Regina diz que fizemos esse diagnóstico, estamos nesse planejamento justamente de instruções adequadas, com uma projeção de aumento da população com unidade de porte três e quatro. Os portes maiores, mais equipes, projetando o aumento da população mais para frente, isso está em percurso, assim como o Secretário falou isso não é de hoje para amanhã, ao longo do processo temos essas prioridades e gostaria depois, se quiserem, apresentar aqui o nosso plano. A Conselheira Joyce chama a atenção que a situação do Recanto é muito urgente e se haveria possibilidade de ter um caminhão para poder atender, porque são coisas mínimas que estão acontecendo, às vezes ler um exame de um paciente que está esperando há três meses para poder ter a leitura de um exame ou uma definição e se não poderia ser feita alguma coisa com urgência não por causa da equipe, a equipe está sufocada não há condição de atendimento dessa população A Subsecretária diz que já pensando nisso, com a inauguração Unidade de São Bento da Lagoa, inauguramos mais uma equipe onde trará parte da população que era atendida no Recanto e ficará como se fossem duas equipes atendendo essa população. O Conselheiro Edson fala que diante do que está acontecendo em Itaipuaçu e do que foi constatado pela Comissão de Atenção Básica, do crescimento da população, das unidades do segundo distrito em que está previsto o início das obras do porto, com isso vai haver uma migração muito grande para aquela área. Sugere que se faça a separação dos territórios de Ponta Negra e Jacaré, a construção de uma Unidade de Saúde no Bananal para atender Bananal, Vale da Figueira e parte de Manoel Ribeiro,



desafogando a Unidade do Espraiado que já é pequena. Diz que um apelo até para poder facilitar o trabalho de vocês futuramente. A Subsecretária Regina diz que nesse plano projetamos também construções de novas unidades, até porque as Unidades do segundo distritos são muito distantes uma da outra e a população muito distante, nessa estimativa teríamos que ter no mínimo 39, incluindo Jaconé, Vale da Figueira, para Itaipuaçu projetamos mais 03 unidades devido a maior concentração da população e o crescimento além dos que já existem e aumento de equipes dentro deles. A Conselheira Anna Quintanilha lembra que nós vamos entrar agora no planejamento do plano Municipal de Saúde é a hora de planejar. O Conselheiro Sandro Ronchetti afirma que hoje a Secretaria de Saúde tem recursos para construir oito unidades novas, estamos buscando as áreas públicas, só falta isso para começarmos, a maioria já temos o processo aberto, vamos buscar uma metodologia mais rápida para as construções, para que possamos atender. Fala dos problemas dos Postos do Recanto, Mumbuca, Jardim Atlântico, Santa Rita e Bairro da Amizade e não foi falta de olhar, estamos com um plano muito bacana. O Vice Presidente pergunta sobre a previsão para esse plano ser colocado em ação e efetivado? Fala sobre a obra de uma unidade de saúde em Cordeirinho que está parada há dois anos. A Subsecretária Regina responde que já está sendo efetivada, que estão abrindo o processo para a construção de 08 novas unidades e que essa obra de cordeirinho está sendo construída pela atenção especializada e que era uma policlínica. O Conselheiro Marcelo Velho fala sobre a unidade que seria construída em Cordeirinho naquele terreno de frente para o mar, e que foi avaliado que não serve para essa construção, estamos vendo outro mais perto de Guaratiba. O Vice Presidente pergunta quanto tempo mais levaríamos para serem construídos esses postos que estão sendo comentados aqui. A Subsecretária Regina diz que não tem como dar essa previsão, mas queremos o mais rápido possível. O Conselheiro Marcelo Velho complementa dizendo que até na forma do processo de contratação pela empresa, vamos colocar isso, qual seria a forma que fosse mais rápido e adequado para o momento, porque na verdade precisamos de tempos, mas queríamos fazer o mais rápido possível. O Conselheiro Sandro diz que a Secretaria está estudando junto com a SOMAR a melhor forma de fazer o mais rápido possível, temo a construção modular, para que, possivelmente, até o final do ano várias Unidades construídas em lotes. O Vice Presidente diz que a construção é rápida, mais legalização junto ao Ministério da Saúde para que possa funcionar, estamos falando num tempo de seis meses a um ano. A Subsecretária Regina diz que na construção vamos seguir o modelo do padrão do Ministério da Saúde, eles trazem inclusive a planta pronta já aprovada, para facilitar na hora da habilitação. A Conselheira Denise diz que devido o adiantar da hora e das dificuldades faz um apelo ao Secretário e com a Subsecretária Regina que se reúnam com a CEMPES junto aos nossos profissionais e tem um olhar cuidadoso e importante para todos os profissionais da Saúde, àqueles que não são bons, aqueles que prejudicam o trabalho precisam ser revistos. Mas esses que têm se empenhado tantos anos com Maricá precisam que vocês façam um compromisso com esse Conselho de ter uma renovação, não só na estrutura que vai ser delongada, mas principalmente no cuidado com esses profissionais que hoje têm muitas queixas, nós Conselheiros detectamos muitas falhas por parte da OS, se as OSs vão permanecer é critério de vocês, mas acha que uma boa conversa, cuidado, uma oitiva com ouvido bem aberto para o que está acontecendo, vai minimizar bastante o problema da atenção primária, que não é só um problema estrutural, é um problema de um desconforto muito grande que os nossos profissionais estão passando que pode ser resolvido com o comportamento de vocês. Pede uma pauta para a próxima reunião de continuarmos e a Subsecretária regina trazer o projeto. O Presidente agradece a Subsecretária Regina em nome do Conselho, mais uma vez estar aqui compartilhando conosco da sua dedicação e experiência e fica o convite para próxima reunião. **Décimo Terceiro ponto da pauta:** Ausência de transporte sanitário para as pessoas usuárias do CRAD (Moisés). O Conselheiro Moisés diz que para quem não sabe CRAD é Centro de Reabilitação Atendimento Domiciliar, que primeiro acha que esses assunto já se discutiu bastante, tem relatório produzido acerca desse espaço, precisamos caminhar na direção da habilitação de um SER no município, parece que isso está estagnado, não andou continuamos bancando o CRAD, é importante ter o SER garantido porque isso garante, inclusive, recurso e repasse, algo que me parece que o CRAD não garante. Diz que teve no CRAD para conversar um pouco com a equipe, lhe chegou que os pacientes que lá são atendidos, pessoas com mobilidade reduzida, com deficiência no modo geral, que não conseguem ter garantido pelo Município um transporte que essas pessoas cheguem até o seu atendimento e isso no seu atendimento é fundamental para garantir o acesso de serviço dessas pessoas. Então traz aqui para esse Conselho e divide com a Gestão, não sabe se é de conhecimento da gestão, mas precisamos pensar na garantia desse transporte, porque isso parece ser preconizado, ter o transporte dessas pessoas. Termos o transporte de pacientes fora do município quando as pessoas vão fazer alguma coisa fora do município, mas também existir esse transporte para as pessoas que estão dentro do município, isso tem impactado de fato no cuidado dessas pessoas. O Conselheiro Marcelo diz que pelo o que chegou até ele o CRAD está com dois automóveis, tem um fixo segunda a sexta, das 8 horas às 17 e um extra nas terças-feiras e que tem até as placas dos carros então a disposição do CRAD. O Conselheiro Moisés diz que esteve lá conversando com a equipe e foi relatado que não tem e o senhor está afirmando que tem, fica uma controversa, que não viu o carro no setor. O Conselheiro Marcelo Velho diz para fazer uma solicitação através de ofício perguntando, mas não seria o serviço de reabilitação domiciliar? Vamos responder dizendo que tem dois carros. O Conselheiro Moisés responde que é o CRAD O Centro de Reabilitação e atendimento Domiciliar que está localizado no Flamengo e qual o veículo? O Conselheiro Marcelo Velho responde que são dois Virtus. O Conselheiros Moisés pergunta se um Virtus é um carro apropriado para carregar uma pessoa cadeirante, seria o veículo mais adequado? O Conselheiro Marcelo diz que depende da necessidade que eles tiverem, podem solicitar outro veículo também, se o



profissional do CRAD solicitar fornecemos, temos veículos para fornecer. O Conselheiro Moisés diz que a partir da nossa conversa aqui, e está registrado em plenário, vamos fazer um ofício inclusive ao CRAD dizendo que a Gestão falou que tem os veículos e eles falam qual é a necessidade, porque acha que fica melhor para eles pensarem. O Conselheiro Marcelo diz que quando assumiu a gestão recebeu veículos que eram da FEMAR para colocarmos para a assistência, diversos serviços especializados hoje tem automóveis, se há necessidade de mais algum, eles têm liberdade de solicitar. O Conselheiro Sandro solicita que coloque no ofício se já tem carro atuando, porque com a questão dessa dúvida, o Conselheiro Moisés diz que foi lá e não tinha e estamos dizendo que tem dois carros sendo utilizados pelo CRAD um de segunda a sexta e outro nas terças feiras. **Décimo Quarto ponto da pauta:** Dificuldades e negativas para utilização de recursos destinados a capacitação, formação e qualificação das pessoas conselheiras, como exemplo pagamento de diárias, hospedagem e transporte para tais fins (Moisés). O Conselheiro Moisés diz que esse é um problema que Independente de gestão esse Conselho sempre enfrentou. Como a Conselheira Denise falou teve passagem negada, ele foi para a Conferência Nacional não teve passagem que já conversamos aqui por diversas, pois bem, recentemente ele enquanto Conselheiro com anuência desse Conselho, a partir das oficinas do participa mais que nasce no Conselho Nacional de Saúde está sendo ofertado o primeiro curso de mestrado profissional em participação e controle social na área de concentração na saúde coletiva, pela Fundação Oswaldo Cruz, para participar desse curso precisava ser Conselheiro, ele foi aprovado no processo seletivo e a Fundação Oswaldo Cruz custeia a passagem e a hospedagem, ele reivindicou o pagamento de diária para o seu transporte terrestre em quando Conselheiro, porquê para participar do curso tinha que ser Conselheiro, tanto é que houve uma carta de recomendação desse Conselho assinada pelo Presidente dizendo que Moisés era Conselheiro, depois de aprovado no processo seletivo, entra com um processo, com a ajuda da Laudeci, seguindo todos os ritos, a resposta que gostaria de dividir com o Conselho, porque não é uma questão do Moisés é uma questão do Conselho foi que a Secretaria de Saúde não possui rubrica para custear diárias para determinado fim, só que acha que tem uma confusão porque existe uma verba destinada ao Conselho de Saúde para esse fim, para capacitação e transporte e enfrentamos esse tipo de dificuldade toda vez que tem alguém do segmento usuário que necessita disso, percebe que quando é para a gestão acessar esse tipo de recurso é mais fácil. Faz um apelo aqui, porque isso está impactando na formação, capacitação e na educação desses Conselheiros, se queremos a participação de controle social efetivo precisa investir nisso e até quando vamos estar enfrentando esse tipo de dificuldade? Lhe parece muito estranho a Secretaria de Saúde dizer que não tem rubrica para custear tal diária, essa verba é do Conselho, não dá para o Conselho admitir esse tipo de resposta, abrimos o processo, seguindo todos os rito se não conseguimos acessar, então não adianta aprovar na LOA, na LDO ou no orçamento porque nunca vamos ter acesso. Precisamos olhar para isso com mais seriedade, cita todas as vezes que esse assunto foi pautado nas reuniões ordinárias, essa questão impacta todos os segmentos sejam ele Profissional, Gestor ou dos usuários, impacta todo o colegiado, precisamos ter acesso a esse recurso. A Conselheira Denise diz que para ela isso é uma prática ilegal, está havendo uma imoralidade. O Secretário chegou agora, mas gostaria de lhe dar ciência da imoralidade praticada constantemente neste Conselho, que já viajei várias vezes apoiada pelo Conselho, mas na maioria das vezes foi a Brasília por meio dos próprios, pagando do meu bolso, sendo voluntária, cita algumas situações que poderia ter usado a verba do Conselho para alimentação, fala da projeção que foi realizada e do valor disponibilizado pela Secretaria para diária ao Conselho, que foi feita uma projeção de viagem calculando, quais os Conselheiro iriam participar e foi recusada pela Secretaria. O contador Luiz Fernando recusou a programação do Conselho. **Décimo Quinto ponto da pauta:** Sugestão de pauta para próxima reunião. A Conselheira Denise solicita a extensão desse ponto de pauta para a próxima reunião. O Conselheiro Cunha solicita convocação do responsável pela CEMPES comparecer na próxima reunião. Sobre a Mahatma Gandhi a Conselheira Rose lembra que é a quarta vez que convocamos e eles não compareceram. Então gostaria que fosse mantido a Moção de repúdio e fosse colocado em votação quem não concordar se manifesta. A Conselheira Rose Mary complementa que na última reunião ordinária de abril foi dito, inclusive que se ele não viesse novamente agora isso seria encaminhado ao Ministério Público, isso está registrado em ata, gostaria que isso fosse realmente efetivado. O Conselheiro Marcelo diz que está escrito convite, ela foi convidada e não convocada, explica a diferença entre os atos. A Secretária Geral diz que é uma questão de educação. O Vice Presidente diz que então vamos convocar a senhora Larissa ou que indique um representante legal. Segue a discussão sobre os termos convidar e convocar, até que se chegou a um consenso que o Conselho irá enviar um novo ofício convocando a Direção da Mahatma Gandhi para a próxima reunião ordinária de junho. O Presidente pede que se tenha esse cuidado, quando for mencionar isso ao MP, dizer que convidamos por tantas vezes e não compareceu, para que o MP possa ter esse entendimento. O Conselheiro Cunha diz que irá na terça-feira encaminhar além dessa convocação oficial, todos os relatórios que a Comissão de Regulação/Urgência e Emergência fez para provar o porquê estamos fazendo isso. O Conselheiro Sandro Ronchetti coloca que o pessoal da CEMPES veio aqui hoje na reunião já ouviram a convocação. O Conselheiro Cunha agradece a OS CEMPES, diz que o Conselho não está aqui para brigar com a Secretaria, queremos ajudar, mas tem que nos respeitar O Presidente diz que devido ao adiantar da hora sugere que os Conselheiros fizessem a sugestão de pauta para próxima reunião via grupo de WhatsApp do CMS-Maricá. **Décimo sexto ponto da pauta:** Informes Gerais: Não houve. O Presidente agradece a todos pela presença, encerra a reunião às 17:00h. (dezesete horas) convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 26 de junho, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a



verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 29 de maio de 2025.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula
Secretária Geral

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Sandro dos Santos Ronquetti
Gestor – Sec. de Saúde

Marcelo Costa Velho Mendes de Azevedo
Gestor – Sec. de Saúde

Denise Marchon Tinoco
Ass. Pestalozzi de Maricá

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

Renata do Nascimento Frazão
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Usuário – Cruz Vermelha Brasileira

Alexandre da Rocha Rodrigues
Gestor – Sec. de Urbanismo

Rose Mary de Melo Bruce
Usuária – Ass. de Mord.de Cordeirinho 2º Distrito

Edson Gonçalves de Oliveira
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá

Moisés Antônio de Melo Abrão
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

Eliane Fontes de Araújo
Usuária - Grupo Humanos Diversidade LGBTI de Maricá

Eduardo Rodrigues da Silva
Usuário – Movimento Negro Unificado

Luciléa Pereira Rosário
Usuária – Ass. de Mord. do Parque da Cidade 1º Distrito

Joyce do Valle Santos
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçu - 4º Distrito